

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.715 - PR (2019/0284882-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
**BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**  
**LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624**  
**LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402**  
**CARLA COSTA CARNEIRO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - RJ219942**  
**RECORRIDO : JOSE ZANELLA**  
**RECORRIDO : AGENOR GALLASSINI**  
**RECORRIDO : ANITA MARTINS DA SILVA**  
**RECORRIDO : ANGELO LUIZ STROPARO**  
**RECORRIDO : ASTOR JOHANN**  
**RECORRIDO : CLORINDA SARTORI**  
**RECORRIDO : FRANCISCO CELSO STROPARO**  
**RECORRIDO : HENRIQUE ROSSONI**  
**RECORRIDO : PEDRO PAULO LEANDRO**  
**RECORRIDO : ROMEU ROHDE**  
**ADVOGADOS : AURINO MUNIZ DE SOUZA - PR042568**  
**CAROLINE MUNIZ DE SOUZA SERENATO - PR045359**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO. INEXISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO STJ. MULTA DO ART. 1026, § 2º, DO NCPC. AFASTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

## **DECISÃO**

JOSE ZANELLA e outros (JOSE e outros) ajuizaram ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos contra OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI), objetivando o recebimento de diferencial acionário e dividendos.

O Juízo de primeira instância julgou procedente o pedido para o fim de

condenar a OI a subscrever as ações faltantes da telefonia fixa e da celular, e, em caso da inviabilidade da emissão de novas ações, ao pagamento de indenização equivalente as ações resultantes da diferença entre o valor já subscrito e o valor equivalente as ações patrimoniais vigente no balanço anterior a integralização, bem como a pagar o valor correspondentes aos dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio (e-STJ, fls. 267/279).

O TJPR deu parcial provimento ao recurso de apelação da OI, em acórdão assim ementado:

*APELAÇÕES CÍVEL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO EM CONTRARRAZÕES DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO À APELAÇÃO POR AFRONTA À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTES TRIBUNAL – APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NO CASO – AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA HIPÓTESE AVENTADA PELOS APELADOS PARA JULGAMENTO MONOCRÁTICO. RECURSO – PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE PASSIVA – REJEIÇÃO – INCORPORAÇÃO DA TELEPAR S/A, INCLUSIVE TELEPAR CELULAR S/A PELA BRASIL TELECOM S/A (SUCEDIDA PELA OI S/A). INTERESSE DE AGIR – PEDIDO INCIDENTAL – DESNECESSIDADE DE PRÉVIA SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS. MÉRITO – APLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATOS CELEBRADOS SOB O REGIME PAID OU PEX – QUESTÕES QUE SE DIFERECIAM MAS POSSIBILITAM O DEFERIMENTO NA FORMA PLEITEADA – PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO – POSSIBILIDADE. PORTARIAS MINISTERIAIS QUE NÃO SERVEM COMO CRITÉRIO PARA APURAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.033.241/RS E NO TEOR DA SÚMULA 371, AMBOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO SENTIDO DE QUE O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO É CONSIDERADO O BALANCETE MENSAL DA INTEGRALIZAÇÃO. PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS – PRESCRIÇÃO TRIENAL DE DIVIDENDOS CONTADOS DO RECONHECIMENTO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SEGUNDO SEDIMENTADO NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.112.474/RS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – AUSÊNCIA DE DECURSO DESSE PRAZO NO CASO. CONDENAÇÃO DE DIVIDENDOS, JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO E BONIFICAÇÕES DECORRENTES DA COMPLEMENTAÇÃO*

# Superior Tribunal de Justiça

*DE AÇÕES – SÚMULA 551 DO STJ. GRUPAMENTO DE AÇÕES QUE DEVE SER OBSERVADO NOS CÁLCULOS DA CONDENAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA POR ARBITRAMENTO COM NECESSIDADE DE PERÍCIA, COM BASE NO ART. 509, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA SEM READEAÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fls. 414/415).*

Os embargos de declaração opostos pela OI foram desacolhidos, com imposição de multa (e-STJ, fls. 551/563).

Irresignada, a OI interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 1.022, II, e 1.026, § 2º, ambos do NCPC, e 100, § 1º, da Lei nº 6.404/76, ao sustentar (1) omissão no julgado; (2) a falta de interesse de agir da parte autora, na medida em que antes do ajuizamento da demanda, deveria a parte ter solicitado administrativamente o documento, efetuando, para tanto, o pagamento da taxa de segunda via; e (3) que os embargos de declaração não eram protelatórios, devendo ser afastada a multa imposta.

As contrarrazões ao recurso especial não foram apresentadas (e-STJ, fl. 713).

O TJPR admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 716/717).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

## (1) Da violação do art. 1.022, II, do NCPC

Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do referido dispositivo legal, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

# Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão pelo não acolhimento de teses ventiladas pela OI, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

## (2) Da falta de interesse de agir da parte autora

No que se refere à falta de interesse de agir de JOSE e outros, o TJPR assim se manifestou:

*A exigência de esgotamento das vias administrativas como condição de configuração do interesse de agir quanto ao pedido incidental de exibição de documentos acarretaria indevido óbice à tutela jurisdicional, em afronta ao disposto no art. 5º, XXXV da Constituição da República. Tendo em vista que a exibição não é finalidade principal desta lide, mas apenas uma forma de comprovação das alegações da parte autora, inaplicável, assim, o enunciado da Súmula 389 do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ, fl. 423 - sem destaques no original).*

Pelo que se verifica dos autos, o acórdão recorrido teve como lastro fundamento constitucional, em especial o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da CF.

Por sua vez, a OI não interpôs o recurso extraordinário em concomitância com o especial, o que faz incidir na espécie a Súmula nº 126 deste Tribunal Superior, *in verbis*: *É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. SÚMULA N. 126/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

[...]

*3. Ademais, "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula n. 126/STJ).*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

# Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 409.623/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 26/11/2013, DJe 6/12/2013 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 126/STJ. INCIDÊNCIA. HIPOSSUFICIÊNCIA AFASTADA. SÚMULA Nº 7/STJ.

*1. É inadmissível recurso especial quando o acórdão recorrido se assenta em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não interpõe recurso extraordinário, nos termos da Súmula n.º 126/STJ.*

[...]

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AgRg no AREsp 160.884/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 26/2/2013, DJe 1/3/2013 - sem destaque no original)

## (3) Da multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC

Quanto ao tema, esta Corte firmou o entendimento de que é descabida a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC, quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse de procrastinar o andamento do feito, mesmo que não configurada nenhuma hipótese de cabimento dos embargos de declaração.

Nesse sentido, é o enunciado da Súmula nº 98 desta Corte, *in verbis*: *Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.*

Dessa forma, tendo em vista que a multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC, deve ser aplicada com temperamentos, afasto a multa imposta pelo TJPR quando do julgamento dos embargos de declaração.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO** para afastar a multa do art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator